



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640102 - SP (2021/0013069-1)

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
WAGNER RIBEIRO DE OLIVEIRA - SP265925  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MATEUS CLEBER ROSA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATEUS CLEBER ROSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 0005628-39.2020.8.26.0496).

O paciente cumpre pena em regime fechado pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e teve indeferido o pleito para aplicação do percentual de 40% para a progressão de regime, nos termos do art. 112, inciso V, da Lei n. 13.964/2019.

O impetrante alega que o sentenciado não é reincidente específico em crimes hediondos ou a eles equiparados, e assim, deve-se descontar 40% de sua pena, para que possa ser progredido ao regime menos gravoso, devendo incidir na espécie, a lei penal mais benéfica, nos termos da nova redação do art. 112, inciso V, da Lei de Execução Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a correção do cálculo de penas para constar o prazo de 40% para fins de progressão de regime prisional, nos termos da nova redação do art. 112, V, da Lei de Execução Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 637.034/SP.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.**

*Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.*

*Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ,

indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência